

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: CONCEPÇÕES E AÇÕES AMBIENTAIS DE GESTORES DO SETOR ALIMENTÍCIO

BUSINESS SUSTAINABILITY: CONCEPTIONS AND ACTIONS OF MANAGERS FROM THE FOOD SECTOR

Luís Fernando da Rocha

Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)
Professor do Centro universitário Adventista de São Paulo
luisrocha.pro@gmail.com

Vilma Geni Slomski

Professora e Pesquisadora Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP)
vilma.geni@fecap.br

André dos Santos Lima

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Álvares Penteado (FECAP)

Sonia Maria da Silva Gomes (UFBA) - songomes@ufba.br

Professora Titular da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia
songomes@ufba.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as concepções e as ações ambientais de gestores de uma empresa multinacional do setor alimentício da cidade de São Paulo. Procurou-se identificar até que ponto é possível afirmar que a ideia de sustentabilidade permeia o plano de negócios. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva-quantitativa. Os dados foram coletados por meio de questionário *online*, contendo questões estruturadas e “abertas”. Verificou-se que apenas 6, 8% dos gerentes pesquisados percebem o meio ambiente como um recurso esgotável e que deve ser preservado, seguido de 79,5% que acreditam que as necessidades humanas estão acima das limitações que podem apresentar recursos naturais, estes sendo visto como uma “fonte” inesgotável. Em relação às práticas ambientais, 36,3% citaram ações voltadas para a logística reversa de embalagens e/ou dos produtos, seguido por 36,4% que mencionaram ações referentes ao tratamento de efluentes da produção. Conclui-se que existe ainda uma relação assimétrica entre concepções e ações ambientais, os gestores pesquisados ao mesmo tempo em que defendem a necessidade de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental ainda implementam ações vinculadas às normas e leis, sendo papel dos governantes editá-las e da sociedade cumpri-las.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Desenvolvimento econômico; Sustentabilidade empresarial; Setor alimentício.

ABSTRACT

The aim of this research was to investigate environmental the actions and the conceptions of managers from a multinational company of the food sector in São Paulo city. It was verified the extent to which it was possible to state that the idea of sustainability goes through the business plan. Therefore, it was made a descriptive-quantitative research. The data was collected by means of an online questionnaire. Data were collected through an online questionnaire containing structured and “open” questions. It was found that only 6, 8% of managers surveyed perceive the environment and as an exhaustible resource that must be preserved, followed by 79.5% who believe that human needs are above the limitations that may have natural resources, these being seen as an inexhaustible “source”. Regarding environmental practices, 36.3% cited actions reverse logistics packages and / or products, followed by 36.4% who mentioned actions regarding the treatment of effluents from production. It was possible to conclude that there is an asymmetric relationship between concepts and environmental initiatives, managers interviewed while advocating the need to harmonize economic development with environmental protection yet implement actions related to the rules and laws as well as the role of governments and society edit meet them.

Keywords: Environmental Management; Economic Development; Business Sustainability; Food Sector.

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se, na atualidade, a existência de uma conscientização maior por parte da sociedade, das empresas e do governo quanto a necessidade de aliar o desenvolvimento econômico à sustentabilidade ambiental e, portanto, identificar aquelas entidades que geram prejuízos ou não acrescentam nenhum valor à qualidade de vida da comunidade onde estão inseridas. O processo produtivo causa danos ambientais irreparáveis com a exploração indiscriminada e a degradação dos recursos naturais (ROCHA; SIMAN, 2005). A lógica capitalista do melhor desempenho econômico com o aumento da produtividade e a ampliação das desigualdades econômica e social, conduziu a sociedade contemporânea a um abismo sem retorno.

No contexto econômico atual, uma empresa é considerada sustentável se interagir de forma holística com os três aspectos do *triple bottom line*, que para Elkington (1998), o tripé da sustentabilidade encerra três orientações básicas de objetivos empresariais: econômicos (crescimento, eficiência, inovação e valor para os acionistas), sociais (poder e equidade, mobilidade social, gestão social e identidade cultural) e ambientais (integridade dos ecossistemas, integridade do clima e biodiversidade).

Essas ideias orientam o tema sobre a sustentabilidade planetária, cuja premissa é o reconhecimento da assimetria econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento atual. A necessidade de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental fez surgir o que se convencionou denominar desenvolvimento com sustentabilidade (ROCHA; SIMAN, 2005; KASSAI; HA; CARVALHO, 2011).

Nesse sentido, foi criada a Lei Federal 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo objetivos, diretrizes e o gerenciamento desses resíduos. A lei entende como resíduos sólidos materiais ou substâncias descartados, nos estados sólidos ou semi-sólidos, que tornem inviável o seu lançamento na rede pública. Com a introdução dessa lei, o Brasil pratica ações sustentáveis e entra na era em que empresas e governos não devem estar preocupados somente com o processo produtivo, mas também com seu pós-consumo. Entretanto, um dos maiores desafios deste milênio é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do meio ambiente (MALINVERNI, 2002).

Para a produção de bens e serviços, as empresas necessitam utilizar recursos e estratégias que considerem a sustentabilidade, tratando efluentes e resíduos que devem ser medidos e controlados. Existe uma necessidade emergente de se atentar para o ciclo de vida do produto e, nesse âmbito, perceber onde começam e terminam seus custos industriais, e quais impactos serão gerados para o meio ambiente quando esse processo torna-se incompleto ou não recebe a devida atenção (SLOMSKI, et al., 2010; 2012).

Trata-se de um modelo de gestão que se apóia em um conjunto de procedimentos, normas e cuidados, que permitem usufruir dos recursos naturais de maneira ambientalmente responsável, evitando causar impactos ou agredi-los de maneira irreversível. Essa nova concepção traz uma preocupação com a utilização de tecnologias limpas, a minimização do desperdício e gestão sustentável dos recursos naturais, o entendimento e adequação às leis ambientais vigentes, buscando superá-las por meio de ações inovadoras, visando a estabelecer uma prática de aperfeiçoamento contínuo e a preservação do meio ambiente (MELO, 2009).

Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício

A motivação para a empresa adotar práticas de gestão do meio ambiente pode vir de uma preocupação com a sociedade, ou ser apenas uma estratégia para melhorar a imagem perante os consumidores e, dessa forma, obter vantagem competitiva. Outro aspecto que fornece esses indícios é a maneira como a organização trata os resíduos gerados pela sua atividade produtiva. Nesse sentido, a empresa deve atentar para toda a cadeia produtiva, preocupando-se em internalizar custos de tratamento de efluentes e das embalagens e/ou produtos, em que suas ações não degradem a natureza e o ciclo total do produto, desde seu nascimento até o seu descarte (SLOMSKI; KASSAI; SLOMSKI, 2010).

Por essa razão, é necessário analisar qual o entendimento dos gestores das organizações em relação à sustentabilidade, além de conhecer as ações socioambientais que cada setor econômico está implementando. Essas variáveis fornecem indícios sobre a compreensão e a motivação de determinada empresa ao implantar ações socioambientais. Diante do exposto, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: **Quais são as concepções e ações ambientais de gestores que atuam em uma empresa multinacional do setor alimentício da cidade de São Paulo?**

Tendo em vista tal problemática, o objetivo foi investigar as concepções e ações ambientais de gestores que atuam em uma empresa multinacional do setor alimentício da cidade de São Paulo, procurando identificar até que ponto é possível afirmar que a ideia de sustentabilidade corporativa permeia o plano de negócios da empresa investigada.

Espera-se que esta pesquisa contribua para um aprofundamento maior do assunto e aponte para a necessidade dos gestores das empresas reverem suas ações em vista dos impactos causados pelas atividades desenvolvidas, buscando alternativas para sua neutralização. Por outro lado, poderá oferecer contribuições para a comparação com outras empresas do mesmo setor em relação a melhorias de ações socioambientais e à reavaliação das políticas de desenvolvimento sustentável e decisão sobre em quais áreas realizar investimentos, a fim de equiparar a empresa com as melhores práticas ambientais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As empresas têm um papel fundamental na preservação do meio-ambiente, tendo em vista a maneira como trata os resíduos gerados pela sua atividade produtiva. Com o objetivo de discorrer sobre essa problemática, nesta sessão, serão discutidos assuntos como: desenvolvimento econômico e sustentabilidade empresarial, crenças e valores dos gestores nas empresas, análise do ciclo de vida do produto e a relação entre desenvolvimento econômico e externalidades.

2.1 Desenvolvimento econômico e sustentabilidade empresarial

A preocupação com o meio ambiente ganhou notoriedade no século XIX, mas ainda assim não de forma gradativa. Isso só aconteceu no século XX, quando ocorreram movimentos em defesa do meio ambiente, embora ainda esparsos. Em um nível internacional, as chamadas revoluções ambientais só vieram a acontecer no período pós-guerra, na produção em massa e no consumo em larga escala (ROCHA e BRANDENBURG, 2003).

Uma empresa é considerada sustentável quando procura considerar em suas ações as dimensões econômica, social e ambiental (GOMES, et al, 2012). Isso pode ser observado em pesquisa efetuada pela Fundação Dom Cabral, que estudou a incorporação dos principais

Luís Fernando da Rocha; Vilma Geni Slomski; André dos Santos Lima; Sonia Maria da Silva Gomes

desafios socioeconômicos e ambientais na estratégia de negócios de empresas no Brasil: em metade das 134 empresas pesquisadas, os aspectos de sustentabilidade não estavam incorporados aos objetivos estratégicos das empresas (BOECHAT, 2007). Por outro lado, Stephen e Germain (2010) realizaram uma pesquisa do tipo survey com 79 controllers de empresas de grande porte francesas para investigar se as medidas de sustentabilidade estavam integradas ao sistema estratégico de mensuração da performance (SPMS) e se estavam alinhadas às estratégias da empresa. O resultado da pesquisa indicou que apenas as S/As de capital aberto e do setor industrial possuem medidas de sustentabilidade integradas ao SPMS.

Com base nessas considerações e em consenso com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), defende-se neste estudo o conceito de sustentabilidade como sendo o desenvolvimento que não esgota os recursos naturais para as gerações futuras, ou seja, a capacidade que as empresas, comunidades, nações, etc. possuem para suprirem suas necessidades atuais sem esgotar os recursos naturais, não comprometendo a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. A necessidade de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental fez surgir o que se convencionou denominar desenvolvimento com sustentabilidade. Essas assertivas estão de acordo também com o que defende a Comissão Brundtland (WCED, 1987), que considera sustentável o desenvolvimento econômico que não degrada a natureza para satisfazer às necessidades da geração presente e, nesse sentido, não compromete as necessidades das gerações futuras.

Para tanto, é necessário analisar qual o entendimento dos gestores das organizações em relação à sustentabilidade. Contudo, segundo Slomski, Kassai e Slomski (2010), o verdadeiro conceito de sustentabilidade que as organizações devem defender é atentar para a cadeia produtiva, preocupando-se em internalizar custos de tratamento de efluentes e embalagens e/ou produtos, de modo que suas ações não degradem a natureza, observando o ciclo total do produto desde seu nascimento até o seu descarte.

Essa preocupação deverá ser constante e a participação dos gestores é de fundamental importância para a condução e o sucesso da sustentabilidade, minimizando os possíveis impactos ambientáveis causados ao meio ambiente. Diante disso, para Cirelli e Kassai (2010), a sustentabilidade nas organizações é composta por três esferas: econômica, social e ambiental, referenciando o tripé de sustentabilidade ou *Triple Bottom Line*. Esse termo define valores e procedimentos que a empresa deverá seguir no desenvolvimento do plano de negócios, que resulte em redução aos impactos causados por suas operações e agregue valor econômico, social e ambiental.

De acordo com Kraemer (2004), as empresas, de alguma forma, impactam o meio ambiente em função da sua atividade produtiva, portanto, ter um bom plano estratégico é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável. Tal plano deve estar presente em todas as atividades e ações que permeiam a organização, desde uma simples impressão de relatórios, que muitas vezes são descartados sem o devido tratamento, até a venda de produtos cuja embalagem possa gerar algum impacto negativo para o meio ambiente (SLOMSKI; KASSAI; SLOMSKI, 2010).

Para tanto, é necessário que haja propostas e processos bem definidos para a neutralização de impactos ambientais nas organizações e que todas as áreas e departamentos da organização, no geral, estejam engajados e participem de forma efetiva, conduzidos pelos respectivos gestores, de modo que deverão sempre ter consciência da maneira como conduzirão os negócios, revendo suas crenças e valores.

Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício

2.2 Crenças e valores dos gestores nas empresas

As organizações, tendo à frente seus profissionais gestores, ao longo do tempo, procuram desenvolver seus produtos e serviços, atendendo, de forma singular, os valores e crenças existentes, intrínsecos à companhia, que determinam por qual caminho o negócio deve trilhar. Conforme Slomski, Kassai e Slomski (2010 p. 321), “os gestores acabam tendo papel fundamental no direcionamento de uma empresa e, portanto suas decisões podem ou não afetar terceiros. O que rege essas decisões são suas crenças e valores”.

A entrega de produtos e serviços com integridade e sustentabilidade deve orientar as ações gerenciais na atualidade. Se por um lado existem empresas pioneiras em criar projetos e mostrar modelos de gestão que funcionem de forma eficiente e eficaz para resolver problemas sociais e ambientais, por outro, em pesquisa realizada pela Fundação Dom Cabral, ficou evidenciado nas conclusões que a maioria das empresas brasileiras adota práticas de gestão ambiental por exigências legais, não por consciência ambiental (ROSSETTI, 2007). Mesmo assim, há grande expectativa dos consumidores em relação às ações das empresas não só como agentes de produção, mas como agentes sociais.

Nesse sentido, como afirmam Slomski, et al. (2012), um negócio pode ser gerenciado de duas maneiras. A primeira é aquela em que o gestor não se preocupa com as próximas gerações, pensando somente no faturamento e lucro presente, pouco se importando com a degradação ambiental, pois “a preocupação prende-se em maximizar o bem-estar do proprietário sem qualquer preocupação com aspectos ambientais (SLOMSKI, et al. 2012, p. 279). Na segunda, o gestor procura harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, não seguindo apenas o que está na legislação, mas buscando caminhos alternativos para amenizar os impactos ambientais gerados pelo processo produtivo, preocupando-se com todo o processo industrial, desde a geração do produto até sua destinação final. Isto é:

Quando o gestor crê que a empresa deve se preocupar com o processo industrial e com o ciclo de vida do produto, certamente suas crenças e seus valores contemplam a visão global daquilo que ele dirige e, assim, terá preocupações com as externalidades geradas pelo produto que a empresa fabrica (SLOMSKI, et al., 2012, p. 279).

Esses valores e princípios que norteiam a gestão dos negócios também são discutidos no estudo de Tonetto Filho e Bonacim (2011, p. 6), que destacam a visão sistêmica como uma competência gerencial a ser desenvolvida na gestão dos negócios, pois entendem que “deste modo o gestor terá uma visão global daquilo que ele dirige, e considerará os custos que ele, atualmente, impõe a terceiros quando seus produtos, após o fim de sua vida útil, geram externalidades, internalizando assim os custos privados aos custos de produção”. O Quadro 1, a seguir, sintetiza os atributos dos dois modelos de gerenciamentos.

Dadas as crenças e valores dos gestores, será adotado um ou outro modo de gerir a empresa, o que impactará diretamente no bem-estar de terceiros. Quanto a isso, a literatura consagrou como externalidades (SAMUELSON; NORDHAUS, 1991). Para Slomski et al. (2010), quando o gestor crê que a empresa deve se preocupar com o processo industrial e com o ciclo de vida do produto, certamente suas crenças e seus valores contemplam a visão global daquilo que ele dirige e, assim, terá preocupações com as externalidades geradas pelo produto que a empresa fabrica. O Quadro 1, a seguir, sintetiza as discussões até aqui realizadas, de modo que as diferenças entre as visões dos gestores sejam evidenciadas, contrastadas e melhor compreendidas:

--	--

Luís Fernando da Rocha; Vilma Geni Slomski; André dos Santos Lima; Sonia Maria da Silva Gomes

Visão cartesiana	Visão sustentável
Reducionista, mecanicista, centralizada e tecnocentrada.	Orgânico, entrelaçado, participativo.
Fatos e valores não relacionados.	Fatos e valores inter-relacionados.
Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas.	Ética integrada às práticas e ações cotidianas.
Separação entre o objetivo e o subjetivo.	Interação entre o objetivo e o subjetivo.
Seres humanos e ecossistemas separados em relação de dominação.	Seres humanos e ecossistemas juntos em relação de sinergia.
Conhecimento fragmentado, baseado em crenças e valores.	Visão complexa, integrada, crítica e analítica do conhecimento.
Ênfase na quantidade (<i>renda per capita</i>).	Ênfase na qualidade de vida e também na praticidade
A natureza entendida como descontínua. As partes formadas pela soma do todo.	A natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados. O todo formado pela soma das partes.
O bem-estar avaliado por relação de poder (dinheiro, influência, recursos).	O bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre sistema ambientais e sociais.
Mantém relação linear entre causa e efeito.	Relação dinâmica entre causa e efeito.
Ênfase na competição.	Ênfase na cooperação.
Pouco ou nenhum limite tecnológico.	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade.
Especialização.	Interdisciplinaridade.
Centralização de poder	Descentralização de poder.

Quadro 1 – Visões dos gestores diante das questões ambientais

Fonte: Adaptado de Almeida (2002).

A visão cartesiana e degradante do meio ambiente, que até então tem prevalecido no ambiente dos negócios e das organizações, vem sendo substituída por uma visão mais aberta, holística, que defende a interação, as relações e a inclusão de todos os elementos presentes em um ambiente de negócios para que seja sustentável.

Essa breve explanação sobre modelos de gestão do meio ambiente e seus reflexos no grau de importância atribuído aos recursos naturais mostra que o estímulo ao crescimento econômico nas organizações representa oportunidades e ameaças ao desenvolvimento e à sustentabilidade do planeta, uma vez que os objetivos sociais e ambientais são tratados com o mesmo nível de importância que as prioridades econômicas.

Então, a sustentabilidade defendida neste estudo envolve crenças e valores que não se encontram apenas no plano operacional, mas no imaginário social, no modo de pensar e atuar com recursos naturais, fato que exige mudança no modo de fazer escolhas e de tomar decisões, uma postura proativa dos governantes, dos empresários e de cada indivíduo que habita o planeta.

2.3 Onde nasce e onde termina o custo do produto?

As organizações, ao iniciar suas atividades, precisam observar três fatores de suma importância para o sucesso e longevidade da companhia: criar um produto ou serviço que satisfaça o interesse de seu público alvo, produzir com menos recursos e mais qualidade e tratar os resíduos e a destinação final do produto após a venda (TIBBEN-LEMBKE, 2002).

A preocupação dos gestores com as possíveis externalidades que a oferta dos produtos e/ou dos serviços causará vai conduzi-los a adotar medidas neutralizadoras dos possíveis impactos ambientais. Algumas corporações têm adotado medidas como: logística reversa, criação de pontos de descarte de produtos com embalagens retornáveis, coleta seletiva, entre

Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício outros (LACERDA, 2002). Neste estudo defende-se, de acordo com Slomski et al. (2010), que essas medidas requerem a análise e a internalização dos custos de logística reversa e de tratamento de efluentes aos custos de produção.

Tibben-Lembke (2002), em seu estudo sobre o ciclo de vida do produto e a Logística Reversa, relata a importância de, ainda na fase de desenvolvimento, ser levado em consideração como se dará o descarte ou o reaproveitamento de peças e partes ao final da vida do produto. Silva e Fleury (2000), em um estudo do setor de alimentos e bebidas, observam o grau de organização logística existente entre as empresas participantes desse setor em sua pesquisa. Constatam que havia integração entre a cadeia de suprimento das empresas do setor de alimentos e bebidas e a crescente coordenação das operações logísticas e que maior grau de organização, maior flexibilidade logística nas empresas e maior flexibilidade significam melhores condições de competitividade.

Nesse sentido, Lacerda (2002) identifica no processo de logística reversa um importante meio de avaliar os possíveis impactos e planejar a utilização dos recursos logísticos já instalados na organização, como forma de contemplar todas as fases do produto desde sua criação até a destinação final. Para esse autor, existe um movimento das organizações para se tornarem cada vez mais responsáveis por todo o ciclo de vida de seus produtos, ou seja, responder de forma legal juntamente com as entidades competentes pelo destino do produto após a entrega e, não menos importante, estudar previamente os possíveis passivos ambientais que os respectivos produtos causarão no meio ambiente após o consumo.

Considera-se que existem muitos meios de minimizar os impactos causados pelos produtos e/ou serviços oferecidos e que poderão ser adotados por todas as organizações. Existe uma necessidade emergente de que as empresas atentem para o ciclo total de vida do produto e, nesse âmbito, percebam onde começam e terminam seus custos industriais, e quais impactos podem gerar para o meio ambiente quando esse processo ficar incompleto ou não receber a devida atenção (SLOMSKI et al. 2010).

Assim sendo, a contabilidade de custos deve auxiliar os gestores a pensar em processos e métodos que possibilitem a captação e o tratamento das embalagens descartadas, o mapeamento e a internalização dos custos e passivos ambientais gerados no ciclo de vida do produto, em neutralizar possíveis impactos ambientais, e ao mesmo tempo, oferecer alternativas, como forma de preservação do meio ambiente.

2.3.1 O conceito de externalidades

A teoria econômica que versa sobre externalidades entende que a oferta de serviços e/ou produtos gera efluentes que, de uma forma ou de outra, impactam o meio ambiente, gerando externalidades. Desse modo, a externalidade é um conceito econômico utilizado para o entendimento de como a economia e a formação de preços frequentemente deixam de incorporar os impactos sociais, ambientais e sanitários consequentes das atividades produtivas que geram produtos e/ou serviços, onde “as externalidades são ações de uns que afetam outros” (SLOMSKI, 2009, p. 37).

Por isso, cabe discutir o conceito de externalidades como uma das atribuições da microeconomia, que as classifica conforme os impactos que provocam no bem estar social, sendo esses positivos e/ou negativos (MCNEILL, 2000). Em função de como se manifestam os impactos, Pindyck e Rubinfeld (2002, p.844) distinguem dois tipos de externalidades: as externalidades negativas e as externalidades positivas:

Luís Fernando da Rocha; Vilma Geni Slomski; André dos Santos Lima; Sonia Maria da Silva Gomes

As externalidades podem surgir entre produtores, entre consumidores, ou entre consumidores e produtores. Existem externalidades *negativas* – isto é, quando a ação de uma das partes impõe custos sobre a outra – e externalidades *positivas* – isto é, quando a ação de uma das partes beneficia a outra. (RUBINFELD, 2002, p.844).

Segundo Samuelson e Nordhaus (1991), a externalidade consiste no efeito do comportamento de um agente econômico sobre o bem estar de outro agente econômico, tendo esse efeito a particularidade de não refletir nas transações monetárias ou de mercado. Nessa mesma linha de pensamento, Mankiw (2007, p. 24) reforça as ideias desses autores quando menciona que a externalidade é “o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem estar de outras que não tomam parte da ação”. Assim, a seguir, será discutido o que é externalidade positiva e, em um segundo momento, o que se entende por externalidades negativas.

O autor citado afirma que uma “externalidade surge quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca impacto no bem estar de um terceiro que não participa desta ação, sem pagar nem receber nenhuma compensação por esse impacto (p. 204)”. Percebe-se assim que a teoria econômica separa as externalidades em positivas e negativas, e o que as diferencia é se o impacto é prejudicial ou benéfico a terceiros (MARTÍNEZ ALIER, 2007). Então, a externalidade relaciona-se à ação de um produtor ou de um consumidor que afeta outros, e essa não é considerada no preço de mercado (SLOMSKI, 2009).

Para Tietenberg (1996), os efeitos externos podem ser negativos, quando a parte de uma área é danificada, ou positivos, quando essa é beneficiada. Um exemplo de externalidade agrícola positiva é um apiário localizado próximo a um pomar de maçãs ou cafezal. Nesse caso, a atividade afeta positivamente a produção da outra atividade e ambas se beneficiam.

Nessa mesma lógica, Slomski (2009, p. 38) entende a externalidade positiva como todo ato praticado por alguém que afeta positivamente o bem estar de outros, sem que haja qualquer custo para esses. Nesse caso, as externalidades positivas referem-se a situações pouco comuns de quando a ação de uma das partes gera benefícios para a outra. Pode-se citar como exemplo o fato de um morador pintar sua casa e todos os moradores daquela rua e outras que por ali transitarem se beneficiarem dos efeitos positivos provocados por uma rua mais bonita sem custo algum, visto que os custos com a pintura recaíram apenas para o proprietário (SLOMSKI, 2009).

A externalidade negativa é “todo ato praticado por alguém que transfere os custos para terceiros em benefício próprio” (SLOMSKI, 2009, p. 39). No caso da agropecuária, essa externalidade está relacionada a quantidade de efluente que deveria ser permitida às agroindústrias despejar em rios causando diminuição de oxigênio e da flora aquática e, assim, afetando o habitat dos peixes. Outra questão poderia ser levantada aos agricultores no sentido de impedir que usem os solos sem as técnicas adequadas de conservação, deixando esses desprotegidos, sujeitos à erosão e provocando assoreamento de nascentes e rios.

Pode-se afirmar então que as externalidades estão presentes sempre que a produção de um agente “X” inclui variáveis reais (não monetárias) em quantidades determinadas por terceiro que não devotam uma especial atenção com o bem estar de “X” e não o compensam pelos efeitos de suas atividades. A grande questão das externalidades é identificar quais processos da empresa podem gerar danos ou benefícios tanto ao meio ambiente quanto às pessoas que nele vivem.

3 METODOLOGIA

Ao considerar que o objetivo desta pesquisa é investigar as concepções e ações ambientais de gestores de uma empresa do setor alimentício, entende-se que a pesquisa descritiva e a abordagem quantitativa seriam mais adequadas. Para Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como finalidade a descrição das características de determinado fato ou grupo, identificando informações acerca de opiniões, crenças e atitudes de determinado grupo ou população, estabelecendo relações entre variáveis propostas com a situação problema.

E as abordagens quantitativas, conforme Boudon (1989, p. 24), “podem ser definidas como as que permitem recolher, num conjunto de elementos, informações comparáveis entre um elemento e outro”. É essa comparabilidade das informações que permite a análise quantitativa dos dados.

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma empresa pertencente ao setor alimentício. Os critérios de escolha incluíram, acessibilidade dos pesquisadores, projetos e ações ambientais voltadas para a neutralização dos impactos ambientais, bem como ser de grande porte e multinacional. A população em estudo abrangeu 491 gestores responsáveis pelas operações da empresa nas 16 plantas fabris localizadas em 15 estados brasileiros. Para esta pesquisa, foi selecionada uma amostra de 109 gestores que atuam nas duas unidades localizadas na cidade de São Paulo, que centralizam as principais decisões gerenciais. Esses gestores foram escolhidos por estarem disponíveis; portanto, trata-se de uma amostra por conveniência, mas aleatória, já que todos os gestores poderiam participar. Dos 109 questionários enviados aos gestores, 44 foram respondidos.

Os dados foram coletados por meio de questionário que visou a levantar opiniões que indicassem a presença da sustentabilidade nos negócios. Nesse sentido, foram elaboradas questões fechadas e abertas. O questionário foi dividido em três partes:

a) A primeira parte teve como objetivo levantar um perfil dos colaboradores: sexo, idade, formação acadêmica, tempo de atuação na empresa, nível de planejamento, área que atua na empresa e tempo de experiência no cargo;

b) A segunda parte teve como objetivo identificar as concepções de meio ambiente que permeiam a gestão dos negócios na empresa. Esta parte do questionário foi retirada do estudo de Alvarez, et al. (2004) e possui 19 afirmativas específicas sobre o meio ambiente, as quais não visavam a considerar as proposições como erradas ou certas, mas obter o grau de concordância ou discordância a ser mensurado. Os itens sofreram algumas adaptações para este estudo e foram disponibilizados em uma escala likert de 5 pontos (indicando diferentes graus de concordância com as afirmações). As 19 afirmações foram agrupadas em duas categorias da seguinte forma: categoria 1, composta pelas afirmações 1, 2, 5, 7, 8, 12, 13, 14, 18, 19, que caracterizam a concepção cartesiana de meio ambiente; categoria 2, composta pelas afirmações 3, 4, 6, 9, 10, 11, 15, 16, 17, que caracterizam a concepção integrada e sistêmica de meio ambiente;

c) A terceira parte do questionário teve como objetivo conhecer a prática de gestão do meio ambiente, como as ações e projetos sendo implementados na empresa. Esta parte é composta por 5 questões abertas versando sobre o conceito de meio ambiente, o tipo de problemas sociais e ambientais decorrentes dos resíduos do processo produtivo da empresa

Luís Fernando da Rocha; Vilma Geni Slomski; André dos Santos Lima; Sonia Maria da Silva Gomes

estudada, projetos e ações visando a neutralizar os impactos ambientais, motivos para a empresa investir em projetos ambientais e contribuições da empresa para a sustentabilidade do planeta.

Foi realizado pré-teste do instrumento que indicou revisão das questões 8, 11, 13 da categoria 1 da segunda parte do instrumento. O questionário foi enviado via e-mail aos gestores após contato telefônico para esclarecer suas dúvidas quanto à identificação, aos prazos, às categorias do instrumento, etc.

Os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa. As questões estruturadas foram organizadas e interpretadas por meio de métodos estatísticos. O primeiro bloco foi analisado por meio da estatística descritiva e, no segundo, foram obtidos os valores das médias, moda e o desvio padrão em relação à concepção dos gestores sobre meio ambiente. O terceiro bloco, com questões abertas, foi analisado pela análise de conteúdo, que segundo Bardin (2002), prevê três etapas principais a ser seguidas: 1ª) A pré-análise; 2ª) A exploração do material e 3ª) O tratamento dos resultados. Após esses procedimentos, procurou-se encontrar categorias de análise e apresentar os resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Um perfil dos colaboradores da pesquisa

Participaram da pesquisa 44 gestores, 26 do sexo masculino, (59%) e 18 do sexo feminino (41%). A maioria dos respondentes (47%) está representada na faixa etária entre 31 a 40 anos, separados respectivamente entre 25% (31 a 35 anos) e 22% (36 a 40 anos). Com relação à formação acadêmica, 7% têm o curso de mestrado, seguidos por 68% que fazem ou já fizeram uma especialização e 25% apenas com a graduação.

No que tange à área de formação acadêmica, percebe-se uma formação interdisciplinar dos gestores, em que 39% dos entrevistados têm formação na área Contábil/Controladoria, seguidos por 18% em Administração/Gestão, 11% em Direito/Tributária, 7% em Economia/Finanças e 25% em outras áreas, como Psicologia, Sociologia, Engenharia Química, Marketing, entre outros.

No quesito tempo de atuação na organização, a maioria dos gestores participantes (55%) está há mais de 10 anos na organização, ou seja, essa parcela já presenciou e participou das mais diversas fases das práticas de sustentabilidade da companhia. Em relação ao nível organizacional, a maioria dos gestores participantes atua sob o nível estratégico ou tático, sendo 37% para o nível estratégico e 34% para o nível tático. Esses números levam a crer que os gestores participam diretamente na execução e implementação das práticas de sustentabilidade criadas pela companhia, em razão da relevância de sua posição hierárquica de atuação na empresa.

Em relação à área de atuação, 54% dos gestores atuam em gestão dos negócios, 27% em gestão contábil, 14% em gestão de projetos e gestão ambiental e 32% em outras áreas. A questão tempo de experiência no cargo apontou que 30% atuam de 1 a 3 anos, 18% de 4 a 6

Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício anos, 20% de 7 a 10 anos, 27% acima de 10 anos, e os outros 5% referem-se a um período inferior a 1 ano. Essas informações atendem ao pré-requisito da pesquisa, cujo objetivo foi identificar gestores envolvidos em todas as fases das práticas de sustentabilidade adotadas pela companhia, desde as práticas já implementadas tempos atrás até os dias atuais.

4.2 Concepções sobre o Meio Ambiente dos gestores pesquisados

Os resultados apresentados na Tabela 1, a seguir, evidenciam que a maioria dos sujeitos tende a discordar das questões 1, 7, 8, 12, 14 e 18 e tende a concordar com as questões 2, 5, 13, 14 e 19. Ao analisar a média e a mediana gerais do constructo, verifica-se uma tendência à concordância com a concepção cartesiana sobre o meio ambiente:

Tabela 1 – Assertivas: concepção cartesiana sobre o meio ambiente

Assertivas	Frequência das Respostas						M D	M	DP
	DT	DP	NTO	CP	CT	NR			
1. O homem tem o direito de modificar o meio ambiente em seu benefício.	13 29,5%	10 22,7%	17 38,6%	3 6,8%	1 2,3%	0 0%	2,5	2,35	1,051
2. O homem está destruindo a vida na terra.	3 6,8%	0 0%	15 34,1%	8 18,2%	18 40,9%	0 0%	4,0	3,80	1,181
5. O homem é o culpado pelas mudanças e alteração do equilíbrio ecológico, pois a Natureza é "perfeita", capaz de se auto regular.	1 2,3%	1 2,3%	9 20,5%	20 45,5%	12 27,3%	1 2,3%	4,0	3,95	0,904
7. Não há necessidade de preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e outros impactos ambientais, uma vez que os avanços científicos e tecnológicos conspiram a seu favor.	36 81,8%	5 11,4%	2 4,5%	0 0%	1 2,3%	0 0%	1,0	1,33	0,797
8. Não se pode impedir o desenvolvimento de uma região por razões eco ambientais.	10 22,7%	20 45,5%	13 29,5%	0 0%	1 2,3%	0 0%	2,0	2,18	0,874
12. É um absurdo deixar de construir uma barragem ou uma rodovia para proteger algumas espécies de animais selvagens ou algumas plantas "raras".	21 47,7%	14 31,8%	7 15,9%	1 2,3%	1 2,3%	0 0%	2,0	1,83	0,984
13. Deve-se manter o equilíbrio da natureza, isolando-os da presença humana.	3 6,8%	4 9,1%	16 36,4%	10 22,7%	9 20,5%	2 4,5%	3,0	3,45	1,176
14. Devemos frear o desenvolvimento econômico, ainda que isso suponha abrir mão de algumas comodidades.	5 11,4%	14 31,8%	19 43,2%	3 6,8%	3 6,8%	0 0%	3,0	2,70	1,018
18. É mais importante o desenvolvimento econômico que envolve a instalação de várias fábricas do que a possível degradação ambiental dela decorrente.	25 56,8%	17 38,6%	1 2,3%	0 0%	0 0%	1 2,3%	1,0	1,48	0,554
19. Não se deve impedir o desenvolvimento, são os governantes que devem editar leis que protejam o meio ambiente.	8 18,2%	7 15,9%	12 27,3%	12 27,3%	5 11,4%	0 0%	3,0	2,93	1,028
Total: Concepção Cartesiana	125 28,7%	92 21,1%	111 25,5%	57 13,1%	51 11,7%	4 0,9%	3,0	2,58	1,334

Luís Fernando da Rocha; Vilma Geni Slomski; André dos Santos Lima; Sonia Maria da Silva Gomes

Esses resultados corroboram com o entendimento da exigência de mudança de paradigma que pareceu uma oposição necessária e apropriada à atitude industrial dominante de Slomski et al. (2010), ao afirmarem que, para a produção de bens e serviços, as empresas necessitam utilizar recursos e estratégias que considerem a sustentabilidade, tratando efluentes e resíduos que devem ser medidos e controlados.

Pela Tabela 2, a seguir, constata-se que a maioria dos sujeitos tende a concordar com todas as questões desse constructo. Da mesma forma, analisando a média e a mediana gerais do constructo, verifica-se uma tendência à concordância com a concepção sustentável:

Tabela 2 – Assertivas: concepção sustentável

Assertivas	Frequência das Respostas						MD	M	DP
	DT	DP	NTO	CP	CT	NR			
3. A supremacia do homem na Terra não significa que ele pode cometer excessos, por isso, os Estados devem penalizar as empresas sem escrúpulos que degradam o meio ambiente.	2	0	2	11	29	0	5,0	4,48	0,960
4. A degradação da natureza pelo homem só poderá ser evitada implantando-se uma nova ética planetária.	1	1	18	11	13	0	3,5	3,70	0,992
6. É preciso repensar o modelo atual de desenvolvimento para que o progresso e a conservação do meio ambiente sejam compatíveis.	0	1	3	21	19	0	4,0	4,35	0,622
9. É natural que o desenvolvimento produza certos impactos ambientais, porém, esse impacto deve ser o menor possível.	2	2	8	18	13	1	4,0	3,88	1,067
10. O uso de fertilizantes e fungicidas é necessário para aumentar a produção agrícola.	2	13	22	5	2	0	3,0	2,80	0,883
11. A grande ameaça ao meio ambiente é reflexo do sistema político e econômico atual que só se preocupa com benefícios imediatos.	0	4	14	18	8	0	4,0	3,63	0,897
15. O sistema capitalista, a indústria e os políticos são os principais culpados pelas alterações da natureza.	2	11	17	9	5	0	3,0	3,15	0,975
16. O homem tem direito de se utilizar da natureza em benefício próprio, porém, controlando a contaminação e outros efeitos prejudiciais de suas ações.	0	5	9	18	12	0	4,0	3,85	0,921
17. É preciso satisfazer às necessidades emergentes sem comprometer o bem-estar das gerações futuras.	0	3	7	17	17	0	4,0	4,10	0,871
Total: Concepção Sustentável	9	40	100	128	118	1	4,0	3,77	1,054
	2,3%	10,1%	25,3%	32,4%	29,9%	0,3%			

Os dados das Tabelas 1 e 2, corroboram com Rocha e Siman (2005), que ressaltam a exploração indiscriminada nas sociedades modernas e a degradação dos recursos naturais que causam danos ambientais irreparáveis ao meio ambiente. Essas ideias são defendidas também por Lacerda (2002), Rossetti (2007) e Tonetto Filho e Bonacim (2011) e Slomski et al. (2010; 2012), quando advertem que as crenças e os valores dos gestores podem conduzir ao caminho do lucro, sem preocupação com as próximas gerações, ou, por outro lado, podem se voltar pela busca da harmonização entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental e, assim, considerar todo o processo industrial, o pós-consumo e a destinação final do produto.

4.3 Práticas de Gestão Ambiental adotadas pela empresa

Conforme a Tabela 3, **79,5 %** (31,8%; 13,6%; 13,6%; 9,1%; 6,8%; 4,6%) dos gestores definem meio ambiente como habitat, ecossistema, conjunto de condições de ordem física, que influenciam o ambiente em que vivem. Essa visão se enquadra em uma concepção cartesiana sobre meio ambiente. Apenas **6,8%** percebem o meio ambiente como um recurso esgotável a ser preservado. Essa visão está de acordo com a visão sustentável sobre o meio ambiente:

Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício

Tabela 3 - Entendimento do meio Ambiente

	Frequência	Percentual
Habitat em que vivemos	14	31,8%
Ecosistemas	6	13,6%
Conjuntos e condições de ordem física	6	13,6%
Coisas vivas e não vivas	4	9,1%
Não respondeu	4	9,1%
Recursos naturais escassos	3	6,8%
Fenômenos naturais	3	6,8%
Forças que influenciam os seres humanos	2	4,6%
Outros	2	4,6%
Total	44	100%

A Tabela 4, demonstra que **22,7%** dos gestores indicam não haver problemas sociais e ambientais, em virtude de a empresa estar comprometida com práticas de preservação do meio ambiente, seguidos por 15,9% que não opinaram e 11,4% que não souberam informar. Por outro lado, **50,0%** (13,6%; 9,1%; 9,1%; 6,8%; 6,8%; 4,6%) reconhecem e identificam alguma forma de problemas ambientais ocasionados pelo processo produtivo da organização:

Tabela 4 - Problemas decorrentes das atividades produtivas

	Frequência	Percentual
Não apresenta problemas	10	22,7%
Não respondeu	7	15,9%
Poluição rios, solos e ar	6	13,6%
Não soube informar	5	11,4%
Logística reversa	4	9,1%
Outros problemas	4	9,1%
Degradação ambiental	3	6,8%
Aquecimento global	3	6,8%
Desmatamento	2	4,6%
Total	44	100%

Esses resultados estão de acordo com o que evidenciam Mankiw (2007), Martínez Alier (2007), Tonetto Filho, Bonacim (2011) e Slomski et al. (2010, 2012), sobre crenças e valores dos gestores e os efeitos que as externalidades positivas e negativas provocam ao bem estar social.

Os dados da Tabela 5, a seguir, evidenciam que **36,4%** (25,0% e 11,4%) dos gestores apontam o tratamento dos efluentes e resíduos excedentes gerados pelo processo produtivo que, de alguma forma, impactam o meio ambiente. E **36,3%** (20,4%; 9,1; 6,8%) citaram ações de logística reversa:

Tabela 5 - Principais ações/projetos para neutralizar impactos ambientais

	Frequência	Percentual
Tratamento de efluentes/água	11	25,0%
Reutilização material excedente/embalagens	9	20,4%
Tratamento/venda de resíduos excedentes	5	11,4%
Outras ações	5	11,4%
Não respondeu	4	9,1%
Logística reversa de embalagens de papelão	4	9,1%
Coleta seletiva	3	6,8%
Não soube informar	3	6,8%
Total	44	100%

Na Tabela 5, foram citadas ações relevantes realizadas pela companhia, mostrando que a empresa, juntamente com os seus gestores, identifica a necessidade de haver processos bem definidos para a neutralização de impactos ambientais e que todas as áreas e departamentos estejam engajados e participem de forma efetiva, como reforçam Slomski et al. (2010, 2012).

Os dados da Tabela 6, a seguir, indicam que 34,0% dos gestores apontam projetos que conduzem para a sustentabilidade do negócio. O que parece influenciar a empresa a investir no meio ambiente é a obtenção do crescimento sustentável a longo prazo. Esse dado não está de acordo com a concepção de meio ambiente evidenciada na Tabela 3, anteriormente mostrada, havendo uma discrepância entre o pensar e o agir:

Tabela 6 - Motivos para investir em projetos ambientais

	Frequência	Percentual
Sustentabilidade do negócio/ambiental	15	34,0%
Recursos escassos	7	15,9%
Preservação do meio ambiente/planeta	6	13,6%
Ética/imagem	5	11,4%
Não respondeu	4	9,1%
Outros motivos	3	6,8%
Não soube informar	2	4,6%
Multas/legislação	2	4,6%
Total	44	100%

Ao se considerar as ações citadas, pode-se inferir que a organização está no caminho da sustentabilidade, alinhando-se ao que defendem Slomski, Kassai e Slomski (2010), que atribuem a sustentabilidade das organizações voltada para a cadeia produtiva, em que suas ações não degradam a natureza e se preocupam com a forma de utilização dos recursos utilizados na produção e a destinação das embalagens relativas aos produtos ofertados.

E por fim, os dados da Tabela 7, a seguir, indicam que **20,5%** dos gestores buscam a conscientização ambiental dos funcionários, seguidos por 11,4% que indicam o tratamento adequado dos resíduos e **31,8%** que tiveram opiniões diversas, como a expansão de pontos de coleta seletiva, investimentos em reciclagem, em energias alternativas e renováveis, como eólica e biomassa, em substituir matéria-primas que geram grandes impactos ao meio ambiente por semelhantes e bem menos agressivas, etc:

Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício

Tabela 7 - Contribuição da organização para a sustentabilidade do planeta

	Frequência	Percentual
Outros	14	31,8%
Conscientização ambiental aos funcionários	9	20,5%
Tratar adequadamente os resíduos excedentes	5	11,4%
Obediência as leis vigentes	4	9,1%
Redução no uso de água/energia elétrica	3	6,8%
Empresa/governo/sociedade trabalhando juntos	3	6,8%
Não respondeu	3	6,8%
Mecanismos para controlar seus excedentes	2	4,6%
Não soube informar	1	2,3%
Total	44	100%

Essas opiniões, juntamente com as demais citadas, evidenciam a visão e a preocupação dos gestores sobre como a organização pode contribuir de forma efetiva para a preservação do planeta. Isso alinha-se com a perspectiva de Malinverni (2002), em que as empresas, juntamente com os seus gestores, preocupadas com questões ambientais, estão acompanhando cada vez mais de perto o ciclo de vida de seus produtos e o impacto de suas ações no meio ambiente.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as concepções e ações ambientais de gestores de uma empresa multinacional do setor alimentício, procurando identificar até que ponto é possível afirmar se a sustentabilidade permeia o plano de negócios da empresa. Constatou-se que a maioria dos gestores pesquisados 79,5%, tendem a considerar os recursos naturais como “fonte” esgotável. Entretanto, ainda existem questões ambientais que estão relacionadas a normas e leis, sendo papel dos governantes editá-las e da sociedade cumpri-las.

Quanto às ações e aos projetos implementados, foi verificado que a empresa possui políticas de gestão do meio ambiente, preocupa-se com os impactos que seus efluentes podem causar e, assim, empreende ações que visam minimizar os impactos do pós-consumo, tratando da embalagem e/ou do produto. Dos gestores pesquisados, 36,4% apontaram o tratamento dos efluentes gerados pelo processo produtivo, seguidos por 36,3% que citaram ações de logística reversa referentes ao tratamento de efluentes da produção.

Os dados evidenciam que os gestores à frente da organização em estudo têm consciência e responsabilidade sobre os impactos causados pelas atividades desenvolvidas e buscam alternativas para sua neutralização, mais uma vez confirmando que os gestores e a organização estão no caminho certo, buscando atender à visão sustentável. Foram implementadas ações e projetos que permitem inferir que a organização está no caminho da sustentabilidade, alinhando-se ao conceito defendido neste estudo. Conclui-se que as políticas e metas ambientais não devem ser apenas economicamente viáveis, mas socialmente justas,

Luís Fernando da Rocha; Vilma Geni Slomski; André dos Santos Lima; Sonia Maria da Silva Gomes

ambientalmente corretas e culturalmente compartilhadas, o que reforça a necessidade de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental.

A sustentabilidade orienta-se pela produção limpa, voltada para a cadeia produtiva que considera o ciclo de vida do produto, as ações se voltam para a neutralização dos impactos ambientais que a oferta de produtos ou de serviços acarretam, se preocupam com a forma de utilização dos recursos utilizados na produção e a destinação das embalagens relativas aos produtos ofertados. Uma das limitações deste estudo reside no fato de que a investigação foi realizada com uma base de dados pouco abrangente, o que não permite a generalização dos achados.

Entretanto, em vista da importância do assunto para o desenvolvimento das práticas de gestão ambiental, como foi afirmado nos objetivos, sugere-se ampliar a base de dados, focar na gestão do meio e replicar o estudo. Como pesquisas futuras, sugerem-se questões de continuidade como: a) qual é o discurso e a prática da sustentabilidade nas empresas? b) Que impactos sociais e ambientais são decorrentes do tipo de visão e modelo de gestão ambiental adotado pelas empresas? c) Quais são as percepções e intenções ambientais de alunos concluintes do curso de Administração, Economia e Ciências contábeis oferecidos por Instituições de Ensino Superior brasileiras?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.

ALVAREZ, P. et al. Ideologia Ambiental del profesorado de Educación secundaria obligatoria. Implicaciones didácticas y evidencias sobre a validez de um instrumento. **Revista Eletrónica de Enseñanza de las Ciencias**. 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BOECHAT, C. B. A. Sustentabilidade no Brasil. **HSM Management**, São Paulo, n. 63, p. 88-96, julho-agosto 2007.

BOUDON, R. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 15 de set 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CIRELLI, G. A.; KASSAI, J. R. Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de *stakeholders* de uma instituição financeira: um estudo de caso. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA-USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/497.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2011.

Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business.** Gabriola Island: New Society Publishers, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, S. M. S. et al. Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de ciências contábeis nas IESs brasileiras. *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 177-189, jan./abril 2012.

KASSAI, J. R.; HA, H.; CARVALHO, L. N. Diálogo IFRS e GRI para o Desenvolvimento Sustentável. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração**, 35., 2011, Rio de Janeiro, RJ. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

KRAEMER, M. E. P. **Responsabilidade social: uma alavanca para a sustentabilidade.** In: Congresso de Contabilidade, 10., 2004, Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/> Acesso em 14 Nov. 2011.

LACERDA, L. **Logística reversa: uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais.** Centro de Estudos em Logística da COPPEAD – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <http://www.coppead.ufrj.br/pesquisa/cel/new/fr-rev.htm> > Acesso em 07 Dez. 2011.

MALINVERNI, C. T. L. A logística da reciclagem. In: **Revista Tecnológica**, São Paulo, Ano VIII, nº 80. Julho 2002.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia.** Tradução: Allan Vidigal Hastings. São Paulo. Thomson, 2007.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização.** Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MCNEILL, J. R. **Something new under the sun: an environmental history of the twentiethcentury world.** New York: W. W. Norton, 2000.

MELO, S. B. **O processo de certificação ISO 14001 nas práticas de gestão ambiental em uma indústria sucroalcooleira do Estado de Minas Gerais.** 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria). Fundação de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, 2009.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROCHA, J. M. e BRANDENBURG, A. Limites e Desafios da Agricultura Familiar: A Sustentabilidade em Questão. In: *REDES*, v. 8 ,n . 2 , p. 93-104. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

ROCHA, J. M.; SIMAN, R. F. **Desenvolvimento sustentável: desmistificando um axioma – a sustentabilidade na agricultura em questão.** In: Encontro Nacional de Economia Política, 10., 2005. Campinas, SP. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/10_congresso_old/xcongresso53.pdf. Acesso em: 04 nov 2011.

ROSSETTI, J. P. **Tendências de desenvolvimento das empresas no Brasil.** Pesquisa Quadrienal da Fundação Dom Cabral. 3. ed. Nova Lima: FDC, 2007.

Luís Fernando da Rocha; Vilma Geni Slomski; André dos Santos Lima; Sonia Maria da Silva Gomes

SAMUELSON, P.A.; NORDHAUS, W.D. **Economia**. 12ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

SILVA, C. R. L. e FLEURY, P. R. **Avaliação da Organização Logística em Empresas da Cadeia de Suprimento de Alimentos**: Indústria e Comércio. Revista de Administração Contemporânea. Vol 4, n. 1, Curitiba, Jan./apri. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6555200000100004> Acesso em: 05 jan 2012.

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. 1ª ed. 3ª reimpr. São Paulo. Atlas, 2009.

SLOMSKI, V. et al. Gestão de Custos: uma proposta de internalização de custos da destinação final relacionadas ao descarte do produto e/ou de sua embalagem aos custos de produção. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA-USP, 2010. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/129.pdf> Acesso em: 24 nov 2011.

SLOMSKI, V.; KASSAI, J. R.; SLOMSKI, V. G. Desenvolvimento e Sustentabilidade. In: PARISI, Cláudio; MEGLIORINI, Evandir (Organizadores). **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

SLOMSKI, V. et al. Sustentabilidade nas organizações: a internalização dos gastos com o descarte do produto e/ou embalagem aos custos de produção. **Revista de Administração (FEA-USP)**, v. 47, p. 275-289, 2012.

STEPHEN, G. e GERMAIN, C. Integrating Sustainability Measures into Strategic Performance Measurement Systems: An Empirical Study. In: *Management Accounting Quarterly*, Spring 2010, vol 11, no. 3.

TIBBEN-LEMBKE, R. S. **Life after death**: reverse logistics and the product life cycle, *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, Vol 32, Number 3, 2002, pp, 223-244.

TIETENBERG, T. **Environmental and Natural Resources Economics**. New York: Harper Collins College Publishers, 1996.

TONETTO FILHO, V.; BONACIM, C. A. G. Discussão sobre a gestão de custos com os resíduos sólidos no setor público a partir da proposta de internalização de custos privados. In: **II CSEAR Conferência South America: a sustentabilidade em discussão**, 2011. Ribeirão Preto/SP. Disponível em: <http://csearsouthamerica.org/2011/sites/default/files/gae_014_residuos_solidos_no_setor_publico.pdf> Acesso em: 15 Set. 2012.

WCED. **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Sustentabilidade empresarial: concepções e ações ambientais de gestores do setor alimentício